

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de dezembro 2011 60,97% das ações da sociedade. Os 39,03% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de dezembro de 2011 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que foi constituída com o objetivo de oferecer as empresas de construção civil um atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 106 lojas.

Em 23 de dezembro de 2011 a Portobello S/A celebrou com e a empresa Eliane S/A – Revestimentos Cerâmicos, um Memorando de Entendimento estabelecendo termos e condições para uma possível associação objetivando a união dos seus negócios e a integração de suas operações. A divulgação ocorreu na mesma data através do fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários e BM&FBOVESPA. Vide nota explicativa 43.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 29 de março de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo reavaliado” que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas juntas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Controladora	81.790	60.864	24.343	32.104
Lucro não realizado nos estoques	-	(38)	-	(38)
Reversão do lucro não realizado	-	-	38	229
Consolidado sem a participação dos não controladores	81.790	60.826	24.381	32.295

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.2.2 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2.3 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das informações consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

c) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos Financeiros

2.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes".

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

d) Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge.

2.8 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de

caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

2.11 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

2.12 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

2.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 19).

2.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	33
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 20).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), operacionais líquidas” na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 21, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	(a)

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2011 estão próximos do valor justo.

2.16 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 20.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.17 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

2.20 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.22 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. A participação nos resultados é registrada no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

2.23 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 30.

2.24 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

2.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.26 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.27 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 36.

2.28 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.
 - O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
 - IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.
 - IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
 - IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma
-

definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A administração ainda avaliará o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas

usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 29.

f) Operação descontinuada

A Companhia reconhece a descontinuação de controladas mediante aprovação do Conselho de Administração e para isso registra provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa 23(h). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a

Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber	13.782	10.201	13.782	10.201
Créditos com controladas	38.405	33.784	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(38.582)	(33.738)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(9.631)	(5.166)	(9.631)	(5.166)
Empréstimos e financiamentos	(44.347)	(27.698)	(44.347)	(27.698)
Comissões	(703)	(602)	(703)	(602)
Passivos líquidos expostos	(41.076)	(23.219)	(40.899)	(23.265)

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber	euro	77	214	77	214
Fornecedores, líquido de adiantamentos	euro	(1.619)	(554)	(1.619)	(554)
Empréstimos e financiamentos	euro	(441)	(686)	(441)	(686)
Comissões	euro	(8)	(26)	(8)	(26)
		(1.991)	(1.052)	(1.991)	(1.052)
Contas a receber	dolar	6.451	4.869	6.451	4.869
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.276	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.568)	(20.248)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	dolar	(3.036)	(2.362)	(3.036)	(2.362)
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	dolar	(12.980)	-	(12.980)	-
Empréstimos e financiamentos - Outros	dolar	(10.089)	(14.624)	(10.089)	(14.624)
Comissões	dolar	(386)	(310)	(386)	(310)
		(20.134)	(12.399)	(20.040)	(12.427)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de 15 meses de suas exportações, dispondo, portanto, de “hedge”, natural em seu fluxo de caixa.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 30.252 (R\$ 30.216 em 31 de dezembro de 2010) e no consolidado R\$ 29.480 (R\$ 36.748 em 31 de dezembro de 2010). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação. A re-estruturação vem acontecendo e está evidenciada na redução do passivo circulante em excesso ao ativo circulante, mencionada acima.
- Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: (i) aumento de produtividade e redução de custo; (ii) substituição de equipamentos por outros de maior produtividade; (iii) lançamento de produtos inovadores; (iv) redução do portfólio com vistas à maior produtividade; (v) concentração das exportações em mercados mais rentáveis; (vi) terceirização da produção de produtos de menor margem e (vii) aumento das vendas nas lojas franqueadas, refletindo na eficiência operacional da Companhia e no aumento da rentabilidade.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora							
	Em 31 de dezembro de 2011				Em 31 de dezembro de 2010			
	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	79.600	98.105	20.731	198.436	97.584	86.821	15.739	200.144
Entre um e dois anos	31.133	-	36.722	67.855	31.308	-	31.478	62.786
Entre dois e cinco anos	10.860	-	26.394	37.254	11.787	-	31.738	43.525
Acima de cinco anos	1.632	-	60.120	61.752	3.609	-	70.846	74.455
Total	123.225	98.105	143.967	365.297	144.288	86.821	149.801	380.910

	Consolidado							
	Em 31 de dezembro de 2011				Em 31 de dezembro de 2010			
	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	79.600	98.597	21.773	199.970	97.584	87.733	16.552	201.869
Entre um e dois anos	31.068	-	37.953	69.021	32.129	-	33.102	65.231
Entre dois e cinco anos	10.838	-	26.538	37.376	11.777	-	32.210	43.987
Acima de cinco anos	2.575	-	60.447	63.022	3.606	-	71.345	74.951
Total	124.081	98.597	146.711	369.389	145.096	87.733	153.209	386.038

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2011 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 10,87% e TJLP de 6,00%. A taxa provável foi então valorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	31 de dezembro de 2011	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de giro	(22.696)	Alta CDI	10,87%	(2.467)	13,59%	(3.084)	16,31%	(3.702)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(10.386)	Alta CDI	10,87%	(1.129)	13,59%	(1.411)	16,31%	(1.693)
Empréstimos - 4131	(11.111)	Alta CDI	10,87%	(1.208)	13,59%	(1.510)	16,31%	(1.812)
Empréstimos - Exim Pré-embarque TJ 462	(2.514)	Alta TJLP	6,00%	(151)	7,50%	(188)	9,00%	(226)
Total	(46.707)			(4.955)		(6.193)		(7.433)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2011 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2011	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	13.782	1,8758	-	2,3448	3.446	2,8137	6.891
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(9.631)	1,8758	-	2,3448	(2.408)	2,8137	(4.815)
Empréstimos e financiamentos	(44.347)	1,8758	-	2,3448	(11.087)	2,8137	(22.174)
Comissões	(703)	1,8758	-	2,3448	(176)	2,8137	(352)
Passivos líquidos expostos	(40.899)	1,8758	-	2,3448	(10.225)	2,8137	(20.450)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	118.954	142.018	119.810	142.826
Parcelamento de obrigações tributárias	143.967	149.801	146.711	153.209
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(8.091)	(8.719)	(10.065)	(12.802)
Créditos com outras pessoas ligadas	(93.780)	(94.667)	(93.780)	(94.667)
Titulos e valores mobiliários	-	(1.120)	-	(1.120)
Dívida líquida	161.050	187.313	162.676	187.446
Total do patrimônio líquido	81.790	60.864	81.798	60.836
Total do capital	242.840	248.177	244.474	248.282
Índice de alavancagem financeira (%)	66	75	67	75

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 24.355 em 31 de dezembro de 2011.

4.3 Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 – inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Os ativos financeiros e passivos financeiros, mensurados ao valor justo, foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme tabela a seguir:

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos								
Recebíveis								
Aplicações financeiras	-	3.013	-	3.013	-	6.026	-	6.026
Títulos e valores mobiliários	-	1.120	-	1.120	-	1.120	-	1.120
Total	-	4.133	-	4.133	-	7.146	-	7.146
Passivos								
Outros passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	118.954	142.018	118.954	142.018	119.810	142.826	119.810	142.826
Total	118.954	142.018	118.954	142.018	119.810	142.826	119.810	142.826

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	8.091	8.719	10.065	12.802
Contas a receber de clientes	104.303	96.353	107.867	101.848
Total	112.394	105.072	117.932	114.650
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	-	1.120	-	1.120
Total	-	1.120	-	1.120
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	97.488	86.777	97.980	87.689
Empréstimos e financiamentos	118.954	142.018	119.810	142.826
Parcelamento de obrigações tributárias	143.967	149.801	146.711	153.209
Total	360.409	378.596	364.501	383.724

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	14.018	10.780	14.628	11.466
Grupo 2	87.350	81.148	91.148	86.310
Grupo 3	5.746	7.018	5.996	7.464
Total	107.114	98.946	111.772	105.240
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)				
AAA (bra)	6.169	2.136	7.654	2.263
AA+ (bra)	116	5.887	120	9.186
A+ (bra)	36	-	36	-
A (bra)	16	-	16	-
AA- (bra)	1.163	458	1.166	461
BBB (bra)	4	-	4	-
Outros	587	238	1.069	892
Total	8.091	8.719	10.065	12.802
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 3	896	745	-	-
Total	896	745	-	-

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

Apresentamos a seguir a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	S&P
Banco ABC Brasil S.A.	AA-(bra)	Aa1.br	-
Banco Alfa	AA-(bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Daycoval S.A.	A+ (bra)	-	-
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)	-	-
Banco Fibra S.A.	A (bra)	-	-
Banco Industrial e Comercial S.A.	A+ (bra)	-	-
Banco Indusval S.A.	BBB(bra)	-	-
Banco Itaú S.A.	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Safra	AA+(bra)	Aaa.br	-
Banco Sofisa S/A.	A (bra)	-	-
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	-	Aaa.br	-

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Conta corrente	8.091	5.706	10.065	6.776
Aplicações financeiras	-	3.013	-	6.026
Total	8.091	8.719	10.065	12.802

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	92.074	87.603	96.732	93.897
Clientes - mercado externo	13.782	10.201	13.782	10.201
	105.856	97.804	110.514	104.098
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.258	1.142	1.258	1.142
	1.258	1.142	1.258	1.142
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.728)	(2.377)	(3.822)	(3.176)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(83)	(216)	(83)	(216)
	(2.811)	(2.593)	(3.905)	(3.392)
Total	104.303	96.353	107.867	101.848
Parcela do circulante	104.303	95.996	107.867	101.491
Parcela do não circulante	-	357	-	357

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	2.377	3.176
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber (a)	351	646
Em 31 de dezembro de 2011	2.728	3.822

(a) A movimentação da provisão está apresentada pelo valor líquido das constituições e reversões.

Acredita-se que a provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer - não circulante	211	444	211	444
A vencer - circulante	97.069	89.700	100.256	93.846
Vencidos até 30 dias	6.551	3.177	6.622	3.657
Vencidos de 31 a 60 dias	300	1.009	300	1.262
Vencidos de 61 a 90 dias	309	519	309	725
Vencidos de 91 a 180 dias	311	1.093	311	2.204
Vencidos de 181 a 360 dias	606	736	1.668	736
Vencidos há mais de 360 dias	1.757	2.268	2.095	2.366
Total	107.114	98.946	111.772	105.240

b) Composição das contas a receber por idade de vencimento – *impaired* e não *impaired*

	Controladora							
	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	Total	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	Total
A vencer - não circulante	-	-	211	211	444	-	-	444
A vencer - circulante	96.851	-	218	97.069	89.700	-	-	89.700
Vencidos até 30 dias	-	6.529	22	6.551	-	3.177	-	3.177
Vencidos de 31 a 60 dias	-	289	11	300	-	1.009	-	1.009
Vencidos de 61 a 90 dias	-	213	96	309	-	507	12	519
Vencidos de 91 a 180 dias	-	307	4	311	-	1.077	16	1.093
Vencidos de 181 a 360 dias	-	197	409	606	-	655	81	736
Vencidos há mais de 360 dias	-	-	1.757	1.757	-	-	2.268	2.268
Total	96.851	7.535	2.728	107.114	90.144	6.425	2.377	98.946

* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010			
	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	Total	Duplicatas a vencer não <i>impaired</i>	Duplicatas vencidas não <i>impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	Total
A vencer - não circulante	-	-	211	211	444	-	-	444
A vencer - circulante	100.038	-	218	100.256	93.846	-	-	93.846
Vencidos até 30 dias	-	6.600	22	6.622	-	3.657	-	3.657
Vencidos de 31 a 60 dias	-	289	11	300	-	1.262	-	1.262
Vencidos de 61 a 90 dias	-	213	96	309	-	603	122	725
Vencidos de 91 a 180 dias	-	307	4	311	-	1.597	607	2.204
Vencidos de 181 a 360 dias	-	503	1.165	1.668	-	655	81	736
Vencidos há mais de 360 dias	-	-	2.095	2.095	-	-	2.366	2.366
Total	100.038	7.912	3.822	111.772	94.290	7.774	3.176	105.240

* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 23. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2011, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 38.606 (R\$ 53.345 em 31 de dezembro de 2010).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Produtos acabados	76.693	82.945	77.888	84.444
Produtos em processo	8.777	7.216	8.777	7.216
Matérias-primas e materiais de consumo	7.412	8.489	7.412	8.489
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(7.895)	(10.441)	(9.090)	(11.471)
Importações em andamento	5.566	5.067	5.566	5.067
Total	90.553	93.276	90.553	93.745

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante				
ICMS	389	236	389	273
IPI (a)	892	930	892	930
IRRF/CSRF	-	84	4	458
Outros	101	112	245	278
Total	1.382	1.362	1.530	1.939
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	1.762	1.455	1.762	1.455
Total	1.762	1.455	1.762	1.455

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela terceira vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.542 de 2 de agosto de 2011, e será mantida até 31 de dezembro de 2012. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da “Refinadora”.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2011, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 93.780 (R\$ 94.667 em 31 de dezembro de 2010) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito, a Companhia já recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposto em contrato.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 27) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cível	-	6	-	6
Trabalhista	5.994	5.989	6.031	6.021
Tributária	1.930	2.016	1.930	2.016
Total	7.924	8.011	7.961	8.043

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo,

reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 31.059 (R\$ 26.131 em 31 de dezembro de 2010).

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no ativo circulante e a provisão no passivo circulante até a apuração anual no final do período.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda	513	-	628	144	(63)	(415)	(435)	(732)
Contribuição social	186	-	524	71	-	(175)	(106)	(317)
Total	699	-	1.152	215	(63)	(590)	(541)	(1.049)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.280	29.309
Prejuízos fiscais	6.477	8.953
Diferenças temporárias ativas	18.803	20.356
Portobello previdência	(244)	590
Ajuste a valor presente de clientes	28	73
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.998	3.064
Provisão para contingências	5.446	5.568
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	1.454	936
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	6.702	4.314
Provisão para devedores duvidosos	928	808
Provisão para PPR	-	946
Provisão para contingência crédito prêmio IPI - SIMAB	-	1.896
Outras diferenças temporárias ativas	1.491	2.161
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(40.973)	(44.303)
Diferenças temporárias passivas	(40.973)	(44.303)
Reserva de reavaliação	(18.470)	(19.007)
Recebíveis da Eletrobrás	(10.560)	(8.885)
Reconhecimento do Crédito Prêmio IPI - Fase II	(4.020)	(3.601)
Ajuste a valor presente - Prodec	(1.452)	(772)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(210)	(15)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.778)	(4.778)
Ajuste de variação cambial	(1.483)	(7.245)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(15.693)	(14.994)

O cronograma da utilização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporais, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	Impostos diferidos	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em:		
2011	-	10.828
2012	11.433	6.878
2013	2.669	2.230
2014	9.000	6.363
2015	1.089	1.114
2016	1.089	-
Mais de 5 anos	-	1.896
	<u>25.280</u>	<u>29.309</u>
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em:		
2011	-	(537)
2012	(537)	(537)
2013	(15.328)	(13.039)
2014	(537)	(537)
2015	(537)	(537)
2016	(537)	-
Mais de 5 anos	(23.497)	(29.116)
	<u>(40.973)</u>	<u>(44.303)</u>
Total	<u>(15.693)</u>	<u>(14.994)</u>

A movimentação líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(14.994)</u>
Prejuízos fiscais	(2.475)
Diferenças temporárias ativas	(1.554)
Diferenças temporárias passivas	2.793
Reserva de reavaliação	537
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(15.693)</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
	Debitado (creditado) ao resultado	
Ativo de imposto diferido		
Prejuízos fiscais	(2.475)	8.187
Portobello previdência	(834)	(526)
Ajuste a valor presente ativo	(45)	73
Provisão para ajuste a valor de mercado	(66)	575
Provisões para contingências	(122)	744
Base de cálculo reduzida do PIS pelo expurgo do ICMS	518	430
Base de cálculo reduzida da COFINS pelo expurgo do ICMS	2.388	1.980
Provisão para devedores duvidosos	119	(11)
Provisão para PPR	(946)	946
Provisão para contingência crédito prêmio IPI pós 90 - SIMAB	(1.896)	1.896
Provisão para aplicações financeiras	-	(2.103)
Outras diferenças temporárias	(670)	292
Total	(4.029)	12.483
Realização da reserva de reavaliação	537	631
Provisão para contingência - Eletrobrás	(1.676)	(5.586)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(419)	(1.299)
Ajuste a valor presente passivo	(875)	(15)
Ajuste a valor presente ativo	-	(591)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	-	(1.961)
Variações cambiais pelo regime de caixa	5.763	(98)
(-) Provisão para parcela cuja realização não está assegurada	-	3.836
Total	3.330	(5.083)
	(699)	7.400

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(5.752)	(4.376)	(11.465)	(10.069)
Total do imposto corrente	(5.752)	(4.376)	(11.465)	(10.069)
Imposto diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias	(699)	7.400	(699)	7.400
Total do imposto diferido	(699)	7.400	(699)	7.400
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.451)	3.024	(12.164)	(2.669)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do imposto	30.794	29.080	37.102	43.398
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(10.470)	(9.886)	(12.614)	(14.755)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	3.410	306	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	435	(1.604)	363	(1.673)
Depreciação de ativos reavaliados	(537)	(536)	(537)	(536)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	1.011	7.344	924	6.895
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(699)	7.400	(699)	7.400
Ajuste de IRPJ e CSLL - benefício Lei do Bem (a)	399	-	399	-
Encargo fiscal	(6.451)	3.024	(12.164)	(2.669)

(a) Lei do Bem - Lei nº 11.196/2005 (art. 17 a 26) e Decreto nº 5.798/2006

A legislação brasileira concede benefícios fiscais às atividades de pesquisa e desenvolvimento, quando enquadradas no conceito legal de 'inovação tecnológica'. O benefício fiscal concedido pela legislação para as empresas com dispêndios na área de inovação tecnológica é a exclusão, na apuração do lucro real (IRPJ) e da base de cálculo da CSLL, do percentual de 60% a 80% sobre o valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 11.823 (R\$ 10.590 em 31 de dezembro de 2010).

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

Em relação ao processo nº 1998.34.00.029022-4 a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença. Em relação ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vencidos, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010.

18 Outros ativos realizáveis a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Depósitos em garantia	-	-	542	526
Outros	519	57	519	57
Total	519	57	1.061	583

19 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	Investimentos	Provisão perda em investimentos
Em 31 de dezembro de 2010	480	(37.994)
Participação no resultado	10.940	(912)
Variações cambiais	-	(4.296)
Dividendos propostos	(10.940)	-
Em 31 de dezembro de 2011	480	(43.202)
Parcela do circulante	-	38.582
Parcela do não circulante	480	4.620

Em 2011, a provisão para perda em investimentos no montante de R\$ 912 (R\$ 9.663 em 31 de dezembro de 2010) sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto e a receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. de R\$ 10.940 (R\$ 10.567 em 31 de dezembro de 2010), foram registradas no resultado na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” com efeito líquido de R\$ 10.028 (R\$ 904 em 31 de dezembro de 2010).

No mesmo período a Companhia reconheceu R\$ 4.296 de perdas (R\$ 1.415 de ganhos em 31 de dezembro de 2010) com a conversão das demonstrações financeiras da controlada Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar dos Estados Unidos para o Real. As perdas estão registradas sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido foram motivadas pela valorização de 13% da moeda americana verificada entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2010						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	2.000	35.738	14.521	(8.125)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.952	5.262	3.865	(968)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.024	16.544	40.652	10.567
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	471	1.417	2.260	(570)
Em 31 de dezembro de 2011						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	592	37.990	586	(548)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.237	2.328	179	(255)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	6.076	5.596	42.907	10.940
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	451	604	1.981	(109)

b) Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um saldo de R\$ 198 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2010), referente à participação de 11,72% na empresa INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural aos estados do sul do Brasil, sendo este o principal insumo da Companhia. Este saldo somado ao Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM - registrado na controlada Mineração Portobello, representam o saldo consolidado de R\$ 215 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2010).

20 Imobilizado

a) Composição

		Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	93.335	(12.969)	80.366	79.515	79.680
Máquinas e equipamentos	10%	270.656	(200.342)	70.314	78.442	78.442
Móveis e utensílios	10%	8.166	(7.140)	1.026	811	1.015
Computadores	20%	12.782	(11.393)	1.389	844	865
Outras imobilizações	20%	219	(171)	48	45	45
Imobilizações em andamento (a)		13.058	-	13.058	6.691	6.691
Total		409.327	(232.015)	177.312	177.459	178.226

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

A Administração optou por não utilizar o custo atribuído para valorização do ativo imobilizado, uma vez que este saldo está próximo do valor justo, pois a Companhia realizou a reavaliação dos bens em 2006, (vide nota explicativa 30b).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas em 2009, 2010 e 2011.

b) Movimentação do imobilizado

	31 de dezembro de 2010	Controladora				31 de dezembro de 2011
	Valor líquido	Adições*	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor líquido
Terrenos	11.111	-	-	-	-	11.111
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.515	2	3.533	(2.684)	-	80.366
Máquinas e equipamentos	78.442	1.311	2.789	(12.226)	(2)	70.314
Móveis e utensílios	811	454	-	(239)	-	1.026
Computadores	844	697	146	(297)	(1)	1.389
Outras imobilizações	45	22	-	(19)	-	48
Imobilizações em andamento	6.691	12.837	(6.468)	-	(2)	13.058
Total	177.459	15.323	-	(15.465)	(5)	177.312

* As adições ao imobilizado foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa e financiamentos contratados junto aos fornecedores.

	31 de dezembro de 2010	Consolidado				31 de dezembro de 2011
	Valor líquido	Adições*	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor líquido
Terrenos	11.488	-	-	-	-	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	79.680	2	3.533	(2.692)	-	80.523
Máquinas e equipamentos	78.442	1.311	2.789	(12.226)	(2)	70.314
Móveis e utensílios	1.015	454	-	(274)	(39)	1.156
Computadores	865	697	146	(301)	(1)	1.406
Outras imobilizações	45	81	-	(19)	-	107
Imobilizações em andamento	6.691	12.837	(6.468)	-	(2)	13.058
Total	178.226	15.382	-	(15.512)	(44)	178.052

* As adições ao imobilizado foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa e financiamentos contratados junto aos fornecedores.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo produto vendido	14.253	14.229	14.253	14.229
Despesa comercial	840	762	887	1.064
Despesa administrativa	372	345	372	345
Total	15.465	15.336	15.512	15.638

A Companhia é arrendatária em operações de arrendamentos financeiros de equipamentos que estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Computadores	311	(149)	162	332	(108)	224
Outras imobilizações	-	-	-	46	(13)	33
Total	311	(149)	162	378	(121)	257

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

21 Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado	
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(11.907)	451	437	448
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(350)	650	850	864
Marcas e patentes		150	-	150	152	152
Fundo de comércio		-	-	-	80	80
Sistema de gestão (a)		3.407	-	3.407	-	-
Total		16.915	(12.257)	4.658	1.437	4.749

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia.

b) Movimentação do intangível

	31 de dezembro de 2010	Controladora		31 de dezembro de 2011
	Valor líquido	Adições*	Amortizações	Valor líquido
Softwares	437	204	(190)	451
Direito de exploração de jazidas	850	-	(200)	650
Marcas e patentes	150	-	-	150
Sistema de gestão	-	3.407	-	3.407
Total	1.437	3.611	(390)	4.658

* As adições ao intangível foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa.

	31 de dezembro de 2010	Consolidado		31 de dezembro de 2011
	Valor líquido	Adições*	Amortizações	Valor líquido
Softwares	448	204	(201)	451
Direito de exploração de jazidas	864	-	(205)	659
Marcas e patentes	152	-	-	152
Fundo de comércio	80	-	-	80
Sistema de gestão	-	3.407	-	3.407
Total	1.544	3.611	(406)	4.749

* As adições ao intangível foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo produto vendido	252	419	256	436
Despesa comercial	2	3	14	41
Despesa administrativa	136	647	136	647
Total	390	1.069	406	1.124

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2012	2013	2014	2015
Softwares	142	77	26	8
Direito de exploração de jazidas	203	203	203	50
Total	345	280	229	58

Os itens Marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 232 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Parte dos softwares em desenvolvimento, no montante de R\$ 198, e o item Sistema de gestão da cadeia de valor, no valor de R\$ 3.407, passarão a ser amortizados após sua implementação.

22 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fornecedores	98.105	86.821	98.597	87.733
Mercado interno	88.463	81.319	88.955	82.231
Mercado externo	9.642	5.502	9.642	5.502
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(617)	(44)	(617)	(44)
Total	97.488	86.777	97.980	87.689

23 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Vencimentos	Encargos 2011	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,41% a.a. ¹	4.278	6.655	4.278	6.655
Adiantamento de contrato de câmbio			-	1.791	-	1.791
Pré-pagamento (a)		VC+6,48% a.a. ¹	5.769	4.627	5.769	4.627
FINIMP (b)		VC+3,28% a.a. ¹	24.349	-	24.349	-
Total moeda estrangeira		VC + 4,08% a.a.	34.396	13.073	34.396	13.073
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)		12,80% a.a.	2.014	1.523	2.014	1.523
Exim Pré-embarque PSI			-	24.671	-	24.671
FINEP (d)		8,00% a.a.	1.992	29	1.992	29
Nota de Crédito de Exportação (e)		13,95% a.a	7.053	-	7.053	-
4131 (f)		13,47% a.a	11.111	-	11.111	-
Arrendamento financeiro		27,97% a.a.	38	136	38	136
Antecipação de Títulos de Crédito (g)		15,49% a.a.	5.489	-	5.489	-
Capital de giro		13,73% a.a. ¹	17.507	58.152	17.507	58.152
Total moeda nacional		13,63% a.a.	45.204	84.511	45.204	84.511
Total do circulante			79.600	97.584	79.600	97.584
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+5,70% a.a. ¹	7.610	12.935	7.610	12.935
Pré-pagamento (a)	Dez/2013	VC+5,98% a.a. ¹	2.341	1.690	2.341	1.690
Total moeda estrangeira		VC + 5,77% a.a.	9.951	14.625	9.951	14.625
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)	Mar/2013	12,80% a.a.	500	2.500	500	2.500
PRODEC (h)	Ago/2015	4,00% a.a. + UFIR	9.952	4.725	9.952	4.725
FINEP (d)	Set/2018	8,00% a.a.	11.285	13.248	11.285	13.248
Nota de Crédito de Exportação (e)	Mar/2013	13,95% a.a.	3.333	-	3.333	-
Arrendamento financeiro			-	38	-	38
Capital de giro	Mar/2017	13,54% a.a. ¹	4.333	9.298	5.189	10.106
Total moeda nacional		7,68 % a.a.	29.403	29.809	30.259	30.617
Total do não circulante			39.354	44.434	40.210	45.242
Total			118.954	142.018	119.810	142.826

¹ Taxa média

VC - Variação Cambial

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

a) Pré-pagamento - Em 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 4,780. Os contratos tem prazo de até 24 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A. Em 2011, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento, no montante de US\$ 5,651. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantias foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A e Portobello S.A.

b) FINIMP (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) - De abril a dezembro de 2011, a Companhia celebrou vários contratos de FINIMP, no valor de US\$ 12.980 com taxa média de 3,28% a.a, prazo de 6 meses, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, na média de 40% do saldo devedor do contrato.

c) Exim Pré-embarque TJ 462 (modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados a exportação) - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de “BNDES – exim Pré-embarque TJ-462” no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

d) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 3% a.a.

e) NCE – Nota de Crédito de Exportação – Em Setembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de NCE junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 10.000, com juros de 3,04% a.a e 100% do CDI, com vencimento em 3 parcelas, sendo a primeira em 19 de março de 2012, a segunda em 17 de setembro de 2012 e a última em 21 de março de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 60% do saldo devedor do contrato.

f) 4131 (modalidade de empréstimo em moeda estrangeira) – Em março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de 4131 junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 9.999 com juros de 2,57% a.a. e 100% do CDI. O prazo é 18 meses, sendo o pagamento efetuado no fim do contrato. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 60% do saldo devedor.

g) Instrumento Particular de Antecipação de Títulos de Crédito – Em dezembro de 2011, a Companhia celebrou um contrato de Antecipação de Títulos de Crédito, no Banco Fibra no valor de R\$ 5.489 milhões com juros de 15,49% a.a. e prazo de 5 meses. Para este contrato não existem cláusulas restritivas.

h) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 31 de dezembro de 2011 foi de 10,91% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2011, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 42), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 10.420.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	-	16.301	-	17.109
2013	19.128	13.485	19.128	13.485
2014	8.957	6.192	8.957	6.192
2015	5.254	2.511	5.254	2.511
2016	2.580	2.511	2.580	2.511
2017	1.963	1.962	1.963	1.962
2018	1.472	1.472	2.328	1.472
Total	39.354	44.434	40.210	45.242

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Seis meses ou menos	33.485	32.033
Seis a 12 meses	19.164	22.993
Um a cinco anos	37.550	39.835
Acima de cinco anos	856	5.117
Total	91.055	99.978

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reais	74.607	114.320	75.463	115.128
Euros	1.074	1.540	1.074	1.540
Dólares dos Estados Unidos	43.273	26.158	43.273	26.158
Total	118.954	142.018	119.810	142.826

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 8,71% (11,52% em 31 de dezembro de 2010).

As obrigações de arrendamento financeiro estão descritas conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	39	150
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	39
Total	39	189
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(1)	(15)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	38	174
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	38	136
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	38
Total	38	174

24 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	35	8.987	10.809
	IPi	Dez/09	35	6.083	7.419
	PIS	Mar/09	26	310	413
	COFINS	Mar/09	26	1.426	1.903
	IRPJ	Mar/09	26	2.265	3.022
	CSLL	Mar/09	26	842	1.124
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	154	124.054	125.111
Total da Controladora				143.967	149.801
Parcela do circulante				20.731	15.739
Parcela do não circulante				123.236	134.062
PBTech Ltda.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	13	169	309
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	37	735	889
	COFINS	Mar/09	29	107	144
	IRPJ	Mar/09	29	821	1.095
	CSLL	Mar/09	29	298	397
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	157	614	574
Total das Controladas				2.744	3.408
Total do Consolidado				146.711	153.209
Parcela do circulante				21.773	16.552
Parcela do não circulante				124.938	136.657

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2011	-	15.739	-	16.552
2012	20.731	15.739	21.773	16.551
2013	20.869	15.739	21.742	16.551
2014	15.852	13.650	16.211	13.994
2015	8.798	9.044	8.846	9.108
2016	8.798	9.044	8.846	9.108
2017	8.798	9.044	8.846	9.108
2018	8.798	9.044	8.846	9.108
2019	8.798	9.044	8.846	9.108
2020	8.798	9.044	8.846	9.108
2021	8.798	9.044	8.846	9.108
2022	8.798	9.044	8.846	9.108
2023	8.798	9.044	8.846	9.108
2024	7.333	7.538	7.371	7.589
Total	143.967	149.801	146.711	153.209

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11941 (vide nota explicativa 25).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.198 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 16.

25 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Duta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia poderia ser de uma perda de R\$ 21.846, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa 17.

26 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
IRRF	1.034	860	1.225	1.065
ICMS	1.985	537	1.985	539
PIS	116	105	158	156
COFINS	533	485	727	720
Outros	93	83	218	202
Total	3.761	2.070	4.313	2.682

27 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações:

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cíveis	4.416	3.193	4.488	3.222
Trabalhistas	9.654	11.442	9.654	11.442
Tributárias	25.935	17.180	25.935	17.180
Total	40.005	31.815	40.077	31.844
Circulante	988	6.322	1.015	6.345
Não Circulante	39.017	25.493	39.062	25.499

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2010	3.193	11.442	17.180	31.815
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	3.254	5.110	8.755	17.119
Provisões adicionais	3.785	5.892	6.894	16.571
Reversões por não utilização	(531)	(932)	-	(1.463)
Decomposição do desconto	-	150	1.861	2.011
Reversões por realização	(2.031)	(6.898)	-	(8.929)
Em 31 de dezembro de 2011	4.416	9.654	25.935	40.005

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2010	3.222	11.442	17.180	31.844
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	3.298	5.110	8.755	17.163
Provisões adicionais	3.844	5.892	6.894	16.630
Reversões por não utilização	(546)	(932)	-	(1.478)
Decomposição do desconto	-	150	1.861	2.011
Reversões por realização	(2.032)	(6.898)	-	(8.930)
Em 31 de dezembro de 2011	4.488	9.654	25.935	40.077

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 102 ações cíveis (142 ações em 31 de dezembro de 2010), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Em 2011 a provisão para contingências cíveis aumentou R\$ 1.266, esta foi afetada pelas provisões e realizações do período. As provisões líquidas realizadas em 2011 somaram R\$ 3.298 (conforme nota explicativa 33), destas citam-se as dos processos nº 023.01.061025-4, 072.99.000298-7 e 482.01.2006.012016-2 nos valores de R\$ 1.737, R\$ 603 e R\$ 473 respectivamente. As demais provisões diluem-se em diversos processos que somaram R\$ 485. Ainda neste exercício houve a realização de algumas provisões no total de R\$ 2.032, destacando-se o processo nº 072.99.000298-7 no valor de R\$ 1.530. O montante de R\$ 506 está distribuído em vários processos encerrados em 2011.

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa 28.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 70 reclamações trabalhistas (91 reclamações em 31 de dezembro de 2010), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do

trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão subsidiados por depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Em 2011 ocorreram alguns eventos que alteraram substancialmente o saldo da provisão para contingências trabalhistas refletindo numa redução de R\$ 1.788 quando comparado com 31 de dezembro de 2010. Parte da redução é reflexo de decisão desfavorável à Companhia, que em 31 de março de 2011 reverteu do saldo de R\$ 5.559 da provisão do processo trabalhista de nº 158600-62.2006.05.0029, constituindo contas a pagar até que todos os cálculos sejam determinados pela Justiça do Trabalho; e parte pelo processo nº 0234000-44.1998.5.05.0003 que reverteu cerca de R\$ 955 e foi encerrado em setembro de 2011, o restante, R\$ 384, referem-se a diversos processos trabalhistas. No mesmo período, ocorreram alguns eventos determinantes ao complemento da provisão trabalhista líquida de reversão por não utilização e de decomposição do desconto no montante de R\$ 5.110, que diminuiram o reflexo da reversão mencionada acima, mas que teve influência no aumento das despesas operacionais, conforme descrito na nota explicativa 33.

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa 28.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2011 somam R\$ 1.948 (R\$ 1.741 em 31 de dezembro de 2010).

b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 31 de dezembro de 2011 somam R\$ 23.987 (R\$ 15.439 em 31 de dezembro 2010).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

28 Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, os assessores jurídicos da Companhia estimaram os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões

reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem também outras ações cíveis e trabalhistas, as quais foram classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cíveis	767	650	787	674
Trabalhistas	9.323	5.226	9.323	5.226
Total	10.090	5.876	10.110	5.900

Durante o exercício de 2011 a Companhia foi citada para responder a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho - Autos nº 1753-28.2011.5.12.0040 – no valor aproximado de R\$ 18.000, classificados como um passivo contingente no terceiro trimestre de 2011. Em 18 de novembro de 2011 com base na decisão judicial de considerar parcialmente os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho, a condenação se restringiu a R\$ 4.000, reduzindo o saldo de passivo contingente em 31 de dezembro de 2011.

Os assessores jurídicos classificam este processo como um passivo contingente porque não é provável a condenação da Companhia e, em consequência, não será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

29 Benefícios a empregados

29.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 01 de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 44 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 3.118 (R\$ 3.469 em 31 de dezembro de 2010) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2011, apresenta um superávit R\$ 3.837 (superávit de R\$ 1.764 em 31 de dezembro de 2010), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de “Ativo atuarial” e os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Valor justo dos ativos do plano	42.305	39.270
Valor presente das obrigações financiadas	(38.468)	(37.506)
Ativo (passivo) atuarial líquido	3.837	1.764

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano	2011	2010	Obrigação de benefício definido	2011	2010
Em 1º de janeiro	39.270	30.904	Em 1º de janeiro	37.506	31.043
Benefícios pagos no ano	(1.103)	(547)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.446	766
Contribuições participante vertidas no ano	870	841	Juros sobre obrigação atuarial	3.855	3.634
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.589	1.451	Benefícios pagos no ano	(1.103)	(547)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	4.036	3.843	Obrigações - (ganho) ou perda	(3.236)	2.610
Ativos - ganho ou (perda)	(2.357)	2.778			
Em 31 de dezembro	42.305	39.270	Em 31 de dezembro	38.468	37.506

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou ganho atuarial de R\$ 879 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2010) como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Ganho (perda) nas obrigações atuariais	3.236	(2.610)
Ganho (perda) nos ativos do plano	(2.357)	2.778
Ganho (perda) atuarial	879	168

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.446)	(766)
Juros sobre as obrigações atuariais	(3.855)	(3.634)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	4.036	3.843
Contribuições de participantes no ano	870	841
Receita (despesa) líquida *	(395)	284

* Nota explicativa 33

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2011 uma receita de R\$ 1.589 (R\$ 1.185 em 31 de dezembro de 2010), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 33).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Taxa anual de juros	10,28% a.a. nominal (inflação+5,53%a.a. real)	11,04% a.a. nominal (inflação+5,75%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	10,28%	11,04%
Inflação de longo prazo	4,50%	5,00%
Projeção de crescimento salarial	6,59% a.a. (inflação+2% a.a. real)	8,15% a.a. (inflação+3%a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	1,00
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	1,00

Biométrica e demográficas	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Conforme abaixo ⁽¹⁾
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Conjugada Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Aposentadoria	Elegibilidade	Probabilidade de aposentadoria ⁽²⁾
Composição familiar antes da aposentadoria		
Probabilidade de casados	100% ⁽³⁾	90% dos participantes
Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 5 anos mais velho que a mulher	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Número de filhos dependentes	- ⁽⁴⁾	2 filhos
Idade dos filhos	- ⁽⁴⁾	(Idade do participante-20)/2
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Composição real do grupo

⁽¹⁾ Hipótese de rotatividade: A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial: 0-10 SM: 0,45 / (TS+1); 10-20 SM: 0,30 / (TS+1); mais de 20 SM: 0,15 / (TS+1), onde SM corresponde ao salário mínimo vigente (R\$ 510,00 em 31/12/2010 e R\$ 465,00 em 31/12/2009)

⁽²⁾ Probabilidade de entrada em aposentadoria: 50% na primeira data de elegibilidade a Aposentadoria Antecipada, 10% por ano até a data da primeira elegibilidade a Aposentadoria Normal e 100% na data da primeira elegibilidade à Aposentadoria Normal.

⁽³⁾ Probabilidade de que, na data do óbito, será gerada uma pensão por morte para dependente vitalício.

⁽⁴⁾ Tendo em vista as disposições regulamentares, considerando-se 100% do benefício como cota familiar, optou-se por não utilizar filhos na família padrão, dada a utilização de dependente vitalício em 100% dos óbitos.

29.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração	69.546	58.684	74.693	63.399
Benefícios				
Plano de previdência	695	641	950	889
FGTS	6.160	4.753	6.530	5.113
Outros	7.467	6.170	7.702	6.374
Total	83.868	70.248	89.875	75.775

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

(valores integrais, não arredondados)

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957.487 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2011 havia 61.992.547 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (112.655.178 em 31 de dezembro de 2010, equivalente a 70,85% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

O acordo de acionistas celebrado em 15 de abril de 2011 formalizou os ajustes que entre si fizeram, referentes às regras e aos procedimentos que regularão o exercício do poder de controle da Companhia por eles e que diminuiu o percentual das ações em circulação.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, este que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto

de renda e contribuição social diferidos correspondente a reserva de reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 15(b).

Considerando o complemento das reservas de reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 46.872 em 31 de dezembro de 2010), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.580 (R\$ 1.857 em 31 de dezembro de 2010), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 18.470 (R\$ 19.007 em 31 de dezembro de 2010), vide nota explicativa 15(b).

A Companhia optou por manter o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2006 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

c) Prejuízos acumulados

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	(99.661)	(99.699)
Realização da reserva de reavaliação	1.580	1.580
Lucro do exercício (sem a participação dos não controladores)	24.343	24.381
Em 31 de dezembro de 2011	(73.738)	(73.738)

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas	702.241	614.284	745.384	648.582
Deduções da receita bruta	(154.281)	(132.996)	(158.578)	(137.167)
Devoluções	(136.204)	(117.957)	(140.499)	(122.566)
Impostos sobre vendas	(18.077)	(15.039)	(18.079)	(14.601)
Receita líquida de vendas	547.960	481.288	586.806	511.415
Mercado interno	513.914	443.960	543.279	470.428
Mercado externo	34.046	37.328	43.527	40.987

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(1.028)	(14.771)	(1.028)	(14.771)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	201.913	197.909	200.027	196.198
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	29.627	33.784	29.627	33.784
Custo das mercadorias revendidas	86.725	57.597	88.101	58.185
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	2.672	2.888	2.672	2.888
Salários, encargos e benefícios a empregados	103.717	87.172	110.937	93.714
Mão de obra e serviços de terceiros	14.556	15.824	20.865	19.034
Amortização e depreciação	15.720	16.050	15.782	16.407
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	6.626	4.798	6.626	4.870
Comissões sobre vendas	11.927	9.840	11.927	9.840
Despesas com marketing e publicidade	7.112	4.652	10.925	6.949
Outras despesas comerciais	15.672	11.470	17.579	11.764
Outras despesas administrativas	2.618	1.757	2.740	1.848
Total	497.857	428.970	516.780	440.710

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	3.187	3.251	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	886	452	886	452
Saldo líquido da reversão de participação nos lucros	252	-	252	-
Consolidação parcelamento lei 11941/09 (nota 24 (a))	3.613	-	3.613	-
Complemento empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14)	-	9.136	-	9.136
Utilização de créditos tributários para MP 470 (nota 25)	-	3.252	-	3.252
Venda de imobilizado	-	600	-	600
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado	-	398	-	398
Atualização Atuarial (nota 29.1)	1.589	1.185	1.589	1.185
Outras receitas	369	204	384	222
Total	9.896	18.478	6.724	15.245
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas (nota 27)	(5.110)	(2.791)	(5.110)	(2.791)
Provisão para contingências cíveis (nota 27)	(3.254)	(1.475)	(3.298)	(1.490)
Custo de Ociosidade (a)	(3.610)	-	(3.610)	-
Gastos com adaptações de instalações (b)	(1.180)	-	(1.180)	-
Tributos sobre outras receitas	(532)	(361)	(532)	(361)
Atualização Atuarial (nota 29.1)	(395)	-	(395)	-
Baixa de depósitos tributários e despesas processuais	(374)	-	(374)	-
Migração dos débitos da MP 470 para Lei 11.941 (nota 24(a))	-	(5.577)	-	(5.577)
Consolidação parcelamento lei 11941/09 (nota 24 (a))	-	-	(225)	-
Participação nos lucros	-	(2.783)	-	(3.155)
Provisão para ajuste de estoque	-	(925)	-	-
Custo do imobilizado vendido/baixado	-	(321)	(39)	(321)
Tributos e taxas municipais (c)	-	(207)	-	(207)
Indenização sobre contrato de terceiros	-	(121)	-	(757)
Baixa de impostos a recuperar	-	-	(128)	-
Outras despesas	(116)	(564)	(140)	(544)
Total	(14.571)	(15.125)	(15.031)	(15.203)
Total líquido	(4.675)	3.353	(8.307)	42

(a) Durante o segundo trimestre de 2011, houve a redução do volume de produção como parte de ações estratégicas da Companhia para adequar seus níveis de estoque. Desta forma parte dos custos fixos incorridos no período foram reconhecidos diretamente no resultado, a fim de não mensurar os produtos elaborados a um valor acima de seu custo normal. O tratamento contábil está de acordo com o CPC 16.

(b) Despesas incorridas com adaptações das instalações para armazenamento e destinação final de resíduos industriais de forma a adequar às normas ambientais.

(c) Pedido de ressarcimento de tributos municipais indeferido no segundo trimestre de 2010.

34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Variação cambial líquida		
Contas a receber	5.849	(1.562)
Fornecedores	(1.211)	202
Comissões	(8)	2
Total	4.630	(1.358)

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Juros	1.486	565	1.874	1.278
Juros sobre créditos tributários	-	169	-	169
Descontos recebidos	177	121	273	155
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14)	4.928	3.137	4.928	3.137
Atualização do ativo tributário (nota 16(a))	1.233	929	1.233	929
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 12)	9.189	7.886	9.189	7.886
Atualização de depósitos judiciais tributários e trabalhistas	18	220	18	220
Recomposição do valor nominal ao valor presente de contas a receber (nota 9)	145	-	145	-
Recomposição do valor nominal ao valor presente de contas a pagar (nota 22)	584	44	584	44
Consolidação Lei 11.941 (nota 24 (a))	-	-	125	-
Total	17.760	13.071	18.369	13.818
Despesas financeiras				
Juros	(16.325)	(22.133)	(16.530)	(22.359)
Encargos financeiros com tributos	(15.104)	(13.586)	(15.414)	(13.877)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 27)	(1.861)	(1.051)	(1.861)	(1.051)
Comissões e taxas de serviços	(1.337)	(2.084)	(1.357)	(2.111)
Deságios/despesas bancárias	(3.397)	(574)	(3.397)	(574)
Descontos concedidos	(1.260)	(497)	(1.270)	(550)
IOF	(588)	(869)	(592)	(870)
Imposto de renda s/ operações financeiras	(692)	-	(692)	-
Consolidação Lei 11.941 (nota 24 (a))	(600)	-	(600)	-
Obrigações de arrendamento financeiro	(13)	(86)	(13)	(86)
Decomposição do valor nominal ao valor presente de contas a receber (nota 9)	(12)	(216)	(12)	(216)
Decomposição do valor nominal ao valor presente de contas a pagar (nota 22)	(11)	-	(11)	-
Outros	(75)	-	(90)	(3)
Total	(41.275)	(41.096)	(41.839)	(41.697)
Variação cambial líquida *				
Aplicações financeiras	-	202	-	202
Empréstimos e financiamentos	(5.777)	1.686	(5.777)	1.686
Total	(5.777)	1.888	(5.777)	1.888
Total líquido	(29.292)	(26.137)	(29.247)	(25.991)

* Reflexo da valorização de 13% do Dólar em 2011.

36 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são resumidos a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo			Passivo		
Circulante	592	2.000	Circulante	39.174	36.038
Disponibilidades	477	632	Fornecedores	9	299
Clientes	49	1.158	Obrigações sociais e trabalhistas	17	58
Estoques	-	160	Aluguéis a pagar	743	1.897
Outros	66	50	Dívidas com pessoas ligadas	38.405	33.784
			Patrimônio líquido	(38.582)	(34.038)
Total do ativo	592	2.000	Total do passivo	592	2.000

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa 19), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

Resultado das operações descontinuadas	2011	2010
Receita líquida	586	14.469
Custo de produtos (serviços)	(534)	(13.535)
Lucro bruto	52	934
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(565)	(7.829)
Resultado financeiro	(35)	(79)
Outras despesas operacionais	-	(1.448)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	(548)	(8.422)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(3)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(548)	(8.425)

37 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	24.343	32.104	24.381	32.295
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,15	0,20	0,15	0,20
Resultado das operações continuadas	24.343	32.104	24.929	40.720
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(548)	(8.425)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,15309	0,20190	0,15678	0,25609
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00345)	(0,05298)

A Companhia não possui, nem possuiu durante o exercício de 2011, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa 30). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38 Caixa gerado nas operações

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Lucro/prejuízo do exercício antes dos tributos		30.794	29.080	37.102	43.398
Ajustes		18.378	42.084	35.484	45.467
Depreciação e amortização	20 e 21	15.855	16.405	15.918	16.762
Equivalência patrimonial	19	(10.028)	(904)	-	-
Variação cambial não realizada		1.309	108	7.641	587
Provisão de estoque a valor de mercado	10	(2.546)	2.326	(2.381)	3.008
Provisão para devedores duvidosos	9	351	(31)	646	550
Provisão para contingências	27	6.329	8.226	6.372	8.237
Provisões de obrigações trabalhistas		750	2.135	871	2.105
Outras provisões		361	225	361	228
Custo residual de imobilizado e intangível baixado	20 e 21	5	352	44	579
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	33	(7.450)	(5.737)	(7.597)	(5.364)
Complemento de empréstimo compulsório Eletrobrás		-	(9.136)	-	(9.136)
Parcelamentos tributários	24 e 25	(3.613)	2.325	(3.388)	2.325
ICMS sobre ativo imobilizado		-	(398)	-	(398)
Ativo atuarial		(1.194)	(1.185)	(1.194)	(1.185)
Tributos e taxas municipais		-	207	-	207
Participação nos lucros		(2.783)	2.783	(3.155)	3.155
Receita na venda de ativo imobilizado		-	(600)	-	(600)
Outras		140	267	140	268
Atualizações		(1.289)	676	(990)	988
Empréstimo compulsório Eletrobrás	14	(4.928)	(3.137)	(4.928)	(3.137)
Ativos tributários	16	(1.233)	(929)	(1.233)	(929)
Créditos com outras pessoas ligadas	12	(9.189)	(7.886)	(9.189)	(7.886)
Depósitos judiciais	13	(18)	(220)	(18)	(220)
Decomposição do valor nominal de fornecedores	22	(573)	(44)	(573)	(44)
Decomposição de desconto de provisões para contingências	27	1.861	1.051	1.861	1.051
Recomposição ao valor presente de contas a receber	9	(133)	216	(133)	216
Outros		(2.000)	(1.737)	(2.001)	(1.737)
Encargos financeiros com tributos parcelados		14.924	13.362	15.224	13.674
Despesa financeira oriunda de parcelamentos tributários	24	600	-	475	-
Deságio sobre créditos recebidos		1.592	-	1.592	-
Outras receitas e despesas financeiras		-	-	(43)	-
Juros provisionados de empréstimos		12.539	18.303	12.575	17.787
Variações nos ativos e passivos		1.852	(62.873)	(5.975)	(70.575)
(Aumento)/redução do contas a receber	9	(7.441)	(31.533)	(5.839)	(31.578)
Aumento/(redução) de adiantamento de clientes		3.057	(4.484)	2.666	(5.594)
(Aumento)/redução de títulos e valores mobiliários		1.120	3.159	1.120	3.159
(Aumento)/redução do estoque	10	5.269	(27.378)	5.577	(25.761)
(Aumento)/redução de outros ativos		(491)	1.753	(194)	1.428
(Aumento)/redução de depósitos judiciais	13	(259)	(5.770)	(264)	(5.607)
(Aumento)/redução de créditos com outras pessoas ligadas		8.505	-	8.505	-
(Aumento)/redução de ativos não circulantes		(537)	295	(546)	356
Aumento/(redução) do contas a pagar		10.968	20.868	10.533	19.694
(Aumento)/redução de adiantamento a fornecedores		(1.136)	362	(938)	1.374
Aumento/(redução) de parcelamentos	24	(17.745)	(15.697)	(18.708)	(16.421)
Aumento/(redução) de obrigações fiscais		1.234	1.084	951	1.242
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas		620	1.659	473	1.621
Aumento/(redução) de outras contas a pagar		333	208	(1.270)	(6.920)
Aumento/(redução) de outras contas a pagar não circulante		(1.645)	(7.399)	(8.041)	(7.568)
Caixa gerado nas operações		51.024	8.291	66.611	18.290

A principal transação não monetária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi a variação cambial de controlada no exterior.

39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

	2011		
	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas			
Receita	543.279	43.527	586.806
Custo dos produtos vendidos	(363.620)	(37.033)	(400.653)
Lucro operacional bruto	179.659	6.494	186.153
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(110.478)	(5.649)	(116.127)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.727)	(580)	(8.307)
Outras ganhos (perdas), líquidos	4.309	321	4.630
	(113.896)	(5.908)	(119.804)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	65.763	586	66.349
% sobre a ROL	12%	1%	11%

	2010		
	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas			
Receita	470.428	40.987	511.415
Custo dos produtos vendidos	(313.994)	(33.977)	(347.971)
Lucro operacional bruto	156.434	7.010	163.444
Receitas (despesas) operacionais líquidas			
Vendas, gerais e administrativas	(88.564)	(4.175)	(92.739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	39	3	42
Outras ganhos (perdas), líquidos	(1.249)	(109)	(1.358)
	(89.774)	(4.281)	(94.055)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	66.660	2.729	69.389
% sobre a ROL	14%	7%	14%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

40 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de dezembro de 2011 somam o montante de R\$ 2.500.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Menos de um ano	530	472
Mais de um ano e menos de cinco anos	290	277
Total	820	749

41 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2012
Coberturas	
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	500
Responsabilidade civil - empregador	500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	35.115

A vigência da apólice corresponde ao período de 15 de novembro de 2011 até 15 de novembro de 2012, quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

		Controladora	
		Ativo (Passivo)	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Natureza			
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Créditos com Controladas - Contas a receber	38.405	33.784
Portobello Shop S.A.	Dividendos a receber	477	10.567
	Dívidas com controlada	-	(8.484)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Créditos com Controladas - Contas a receber	2.832	2.921
	Créditos com Controladas - Mútuo	896	745
Mineração Portobello Ltda.	Adiantamento a fornecedores	1.232	1.020
Transações com empresas ligadas			
Refinadora Catarinense S.A.	Valores a receber	93.780	94.667
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	478	538
	Adiantamento de clientes	(569)	(627)
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	780	604
	Adiantamento de clientes	(198)	(60)
		138.113	135.675

		Controladora	
		Receita (Despesa)	
		2011	2010
Natureza			
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Venda de produtos	-	7.441
Portobello Shop S.A.	Prestação de serviços	6.100	6.098
	Custo dos serviços prestados	(2.923)	(2.858)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Venda de produtos	92	2.271
Mineração Portobello Ltda.	Compra de produtos	(1.884)	(1.711)
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Venda de produtos	12.238	10.368
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Venda de produtos	5.950	627
FHM Consult., Adm. e Part. Ltda.	Consultoria pessoa jurídica	-	(300)
Gomes Participações Societárias Ltda.	Aluguel	(178)	-
		19.395	21.936

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

Foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. Estes em 31 de dezembro de 2011 somavam R\$ 2.743. A controlada também é avalista da Companhia em alguns financiamentos.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de três franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

		Ativo (Passivo)			Receita (Despesa)	
		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010			
	Natureza			Natureza	2011	2010
Transações com controladas						
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Contas a receber	7	11	Royalties	26	558
Transações com empresas ligadas						
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	291	323	Royalties	3.098	2.735
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	81	160	Royalties	1.517	167
		379	494		4.641	3.460

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 são:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração fixa				
Salários	6.000	5.024	7.113	6.062
Honorários	1.836	1.809	3.001	2.982
Remuneração variável	2.888	903	3.381	1.071
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	444	488	668	719
Outros	826	726	1.037	917
Benefícios por desligamento	251	-	251	-
	12.245	8.950	15.451	11.751

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2011 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global do Conselho de Administração no montante máximo R\$ 5.100 (R\$ 4.320 aprovado em 19 de abril de 2010) e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.

43 Fato relevante

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/02, Portobello S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 163 ("Portobello"), e Eliane S.A. - Revestimentos Cerâmicos, sociedade anônima, com sede na Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Maximiliano Gaidzinski, nº 245 ("Eliane"), vêm a público informar que celebraram, juntamente com os acionistas controladores da Eliane, Max - Administração de Bens e Participações Ltda., IARA - Participações Ltda., ARIELI Administração de Bens Ltda., B7 Participações Ltda., Tasso Participações Ltda. e VIGA Participações Ltda., em 23 de dezembro de 2011, um Memorando de

Entendimentos (“Memorando”) estabelecendo termos e condições para uma possível associação entre a Portobello e a Eliane objetivando a união dos seus negócios e a integração de suas operações (“Associação”).

A Portobello e a Eliane são tradicionais fabricantes de revestimentos cerâmicos e juntas agregam quase 90 anos de experiência no desenvolvimento de produtos de reconhecida qualidade. Com forte presença no mercado nacional e atuando em mais de 70 países, apresentam considerável complementariedade entre os seus produtos e os mercados por elas atendidos. Em 2011, as empresas atingirão um faturamento líquido de R\$ 1,1 bilhão e uma produção de 60 milhões de metros quadrados de revestimentos.

A Associação, se implementada, permitirá o aproveitamento das complementariedades e sinergias existentes entre as operações da Portobello e da Eliane, resultando na empresa líder do setor de revestimentos cerâmicos no Brasil e uma das maiores produtoras mundiais.

A Portobello, para a qual será adotada uma nova denominação social, deverá ser a sociedade resultante da Associação, permanecendo como companhia aberta e mantendo sua listagem no segmento do Novo Mercado da BMF&BOVESPA.

A estruturação da Associação deverá ser, em princípio, por meio de troca de ações de emissão da Portobello por ações detidas pelos acionistas da Eliane, através da incorporação, pela Portobello, da Eliane ou de suas ações.

As participações da Portobello e da Eliane no valor da companhia (enterprise value) resultante da Associação, foram avaliadas, respectivamente, em 55% e 45%. Considerando-se as dívidas e outros ajustes das companhias, as participações acionárias (equity value) serão de 80% para a Portobello e de 20% para a Eliane, a serem ajustadas após as diligências, previstas para durar até 31 de março de 2012.

As companhias obedecerão um regime de exclusividade, para estruturar e negociar a Associação que deverá perdurar pela vigência do Memorando, mais 30 dias contados do seu término ou rescisão.

Conforme exigido em lei, a Associação será submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Realizando-se a Associação, os acionistas controladores da Eliane tornar-se-ão parte do acordo de acionistas da Portobello, que será aditado e consolidado, para refletir a Associação, formando um único Bloco de Controle.

A Portobello, assim como a Eliane, manterão os acionistas e o mercado informados do andamento do processo da Associação, conforme exigido pela Instrução CVM n.º 358/02 e demais regulamentações aplicáveis.

As diligências previstas para durar até 31 de março de 2012, estão ocorrendo conforme planejado, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE está avaliando os impactos da possível associação, mas a Portobello, assim como a Eliane, acreditam na Associação, que potencializará a capacidade de investimento de forma a atender as demandas crescentes do mercado brasileiro e sua competitividade exportadora. Além de abrir espaço para outras oportunidades de consolidação, tanto no setor cerâmico como no segmento ampliado de material de construção.